

Às 10:30h do dia 03 de setembro de 2014, quarta-feira, é instalada a reunião ordinária conjunta do CONSAD e do CONFIS. Presentes: o Diretor-Presidente, Marcus Curvelo; o Diretor de Administração e Finanças, Daniel Luiz Simões Campos; a Chefe de Gabinete, Vanessa Maria Bull; o Controlador Interno, Aluizio Martins Manzini; a Diretora de Previdência, Elizabeth Jeunon Notini; o Procurador Interino do Instituto, Mauro Fernando Candú; a Gestora Previdenciária Carla Cristina Correia Maduro V. Tavares; a Assessora da Presidência, Mônica de Barros Soares Neumann; o Subchefe da Divisão de Projetos Sociais, Enivaldo Gonçalves; os participantes do Grupo de Trabalho para Consolidação das Leis do Inpas: Maria Francelina Fragoso da Silva – representante suplente do SEPE; André Gustavo Rocha – representante da ASMVIDA; Tácito Jeronymo de Souza – representante da AFITO; Gilmar Renato Moreira – representante do SINDIFISC, bem como, os Conselheiros Eduardo de Belford Rodrigues de Britto – suplente do Secretário de Fazenda; Adriano da Costa Fonseca – suplente do Secretário de Administração; João Carlos Raeder –suplente da Secretária de Educação; André Bebiano de Macedo – representante da CMP; Francisco Afonso Eccard – representante da APM; Arlete Barbosa Valero – representante do SISEP; Maria José Garrido de Souza Costa – representante da UNAPO; Alberto Carlos Ferreira da Silva –suplente do Secretário de Planejamento; João Cássio dos Santos – suplente da Secretária de Controle Interno; Norton da Costa Pardal – representante da AFITO; Rosane Carvalho do Amaral – suplente do representante do SINDIFISC. O Diretor-Presidente inicia a reunião cumprimentando os presentes, solicita à Chefe de Gabinete, que leia a última Ata da reunião ordinária do CONSAD/CONFIS, realizada em 04/06/2014. Depois da leitura, Marcus Curvelo pergunta se há alguma correção a ser feita, sem nenhuma disposição em contrário, a Ata foi aprovada por todos. Marcus Curvelo convida o Diretor de Administração e Finanças, Daniel Luiz Simões Campos, para apresentar o segundo item da pauta - apresentação do relatório em cumprimento à Portaria MPS nº 519/2011. Daniel Campos cumprimenta a todos e fala que fará uma apresentação rápida, didática e bem sucinta e, ao final abrirá para esclarecer dúvidas. Fala que é o relatório semestral, fechado em junho de 2014, elaborado pela empresa Crédito&Mercado, que presta consultoria ao Instituto. Diz que o primeiro ponto a ser apresentado é o enquadramento das aplicações, de acordo com nossa Política de Investimento, fala que estamos no limite das aplicações em renda fixa com 79,82%, o limite máximo é de 100%, no DI 18,79% o limite máximo é de 30% e na renda variável em 1,89% do

patrimônio líquido com o limite máximo de 15%. Apresenta a rentabilidade do semestre. Marcus Curvelo pergunta aos Conselheiros se ficou claro a apresentação e se existem dúvidas. Nenhuma dúvida. Marcus Curvelo diz que é a Política de Investimento que construímos todo ano, aprovada pelos Conselheiros, que é seguido o que determina a Portaria do Ministério da Previdência. Explica que a primeira coluna mostra onde o instituto tem as alocações de investimento e os artigos que regulamentam o máximo que podemos ter de recursos do RPPS nesses Fundos. Daniel Campos faz a apresentação do quadro de rentabilidade do primeiro semestre. Fala que a família IMA teve rentabilidade muito boa com 13,65%, fala que os investimentos estão concentrados na Caixa Econômica Federal, com R\$10.016.149,83, o que representa 92,7% do nosso patrimônio líquido e no Banco do Brasil temos R\$793.868,24, o que representa 7,3% do patrimônio líquido. Discrimina cada aplicação e ao final pergunta se existem dúvidas. Nenhuma dúvida é levantada. Marcus Curvelo fala que a estratégia que foi adotada pelo Comitê de Investimento foi pelo conservadorismo, principalmente num ano de eleições. Aplicar em Fundos de bancos públicos que são os de melhor rentabilidade, sendo o da Caixa o melhor, por isso a concentração de nossas aplicações e temos, também, nossa folha de pagamento na Caixa. Vimos que, com o aumento da taxa de juros, os títulos públicos teriam uma performance melhor a longo prazo; fizemos uma alocação e como foi visto tivemos uma boa rentabilidade. O Banco do Brasil criou uma modalidade de Fundo de ações voltado para RPPS, fugindo um pouco da lógica do IBOVESPA e do IBX. Com uma estratégia interessante, pegamos um valor pequeno da nossa carteira, R\$200.000,00, fizemos a locação e tivemos uma rentabilidade acima da meta atuarial. Foi um teste bastante conservador, pois estamos com 1.9% das aplicações em renda variáveis e 98.1% em renda fixa em títulos públicos do governo federal. Fala que estamos bem protegidos e não tem preocupação de ter perdas. Conseguimos auferir um bom resultado nas aplicações. O que está sendo apresentado está um pouco defasado, porque o relatório que está sendo apresentado é o de junho. Daniel Campos diz que tivemos um retorno de R\$760.563,40. Diz que a partir de maio estamos num crescente, para atingimento da meta atuarial. André Gustavo pergunta se a crescente foi motivada por uma mudança de política ou se é a mesma política do início do ano. Daniel Campos responde que, como Marcus Curvelo falou, o Comitê de Investimento, a partir de maio, fez alocações no banco do Brasil e na família IMA, que teve um retorno muito bom. Daniel Campos termina sua apresentação. Marcus Curvelo fala que a política de investimento tem sido exitosa, apesar do baixo volume de investimentos, diz que gosta de estimular no Comitê de Investimento a avaliação do cenário,

na tentativa de antecipar situações que podem influenciar o mercado financeiro. No ano passado, não batemos a meta atuarial, chegamos a ter aplicação até em caderneta de poupança; foi uma política de investimento ultraconservadora em função da alta volatilidade do mercado. A deste ano é conservadora, o Inpas não tem condição de fazer investimento a médio e longo prazo, o que temos disponível usamos para pagar a folha de aposentados e pensionistas por isso, a necessidade de se ter uma política de investimento conservadora, mesmo assim tínhamos, até julho, vinte milhões e fizemos o pagamento de quase dez milhões, que foi composto por: 1) pagamento do mês; 2) primeira parcela do décimo terceiro, sem desconto; 3) reajuste de 8% dos servidores e como a maioria de nossos aposentados tem a paridade, isso causa um grande impacto no Instituto. Honramos a folha sem precisar de aporte da Prefeitura. Daniel Campos fala que quer parabenizar aos membros do Comitê de Investimentos, sempre tentando preservar o dinheiro público: conservador, mas tentando alcançar alguma coisa e estão tendo sucesso neste exercício. André Gustavo fala que para ele fica fácil entender, porque tem formação na área, mas para quem não tem ficou nublado, seria interessante ter um demonstrativo simplificado, apresentando a meta a ser atingida, agrupando quais os investimentos que estão sendo feitos, talvez um gráfico ajudaria. Parabeniza o trabalho que está sendo feito e diz que não tem jeito, o Inpas tem que bater meta. Daniel Campos fala que no relatório existe um gráfico das aplicações. Marcus Curvelo diz que é bastante pertinente o que André Gustavo disse, pois quem é da área acaba falando um “economês” o que se pode fazer é firmar compromisso; isto tem sido uma prática comum entre os Institutos de Previdência que têm Conselhos Administrativos ou Previdenciários atuantes. Primeiro é o destacamento de 02 a 03 membros para participar das reuniões do Comitê de Investimentos e, segundo é a capacitação dos Conselheiros. Consta na nova Lei a capacitação dos Conselheiros, após a nomeação. Daniel Campos fala que o relatório é composto de vinte e duas páginas e que não quis se estender muito, mas no sítio está completo. Francisco Eccard diz que melhor seria um resumo. Marcus Curvelo faz apresentação do gráfico com as aplicações, constante do relatório. André Gustavo sugere ter notas explicativas, conforme as novas normas de contabilidade. Marcus Curvelo diz que no relatório têm as notas explicativas. Fala que gostaria que fosse feito um relatório para ser distribuído aos Conselheiros. Passa para o terceiro item da pauta - apresentação do relatório final do Grupo de Trabalho criado

para consolidar as Leis Administrativas do INPAS. Diz que os trabalhos foram finalizados na última reunião do GT e encaminhados ao poder executivo que já deu um ok na aprovação da lei. O Prefeito quer marcar um dia para, solenemente, num ato simbólico, assinar o projeto de lei para que seja enviado à Câmara Municipal. Passa a palavra para Enivaldo Gonçalves que faz a leitura do § 4º *“Somente poderá ser formulada consulta ou questionamento jurídico à Procuradoria do INPAS no bojo de processo administrativo, com objeto delimitado e após ciência ou visto, a depender da origem: I – do Diretor Administrativo ou de Chefe de Divisão a ele diretamente subordinado (...).”*. Enivaldo Gonçalves fala que criou-se uma controvérsia, porque no dia a dia, principalmente dos servidores do Atendimento, existe uma necessidade constante de consulta à Procuradoria, para esclarecimentos de dúvidas simples; devido a isso, surgiu o medo de que toda vez que haja uma demanda, a consulta deverá ser feita através de memorando, ofício ou processo administrativo. Enivaldo Gonçalves fala que não é a prática de hoje e que existindo a necessidade, as pessoas vão à Procuradoria e tiram suas dúvidas. Ocorre que isso nunca esteve na Lei. Muda o Procurador, pode ser que seja exigida a abertura de processo. Diz que tem a proposta de uma nova redação que diz: Nas questões de alta complexidade e média complexidade poderá a Procuradoria solicitar que seja feita através de memorando, ofício ou processo administrativo. Que fica subentendido que nas questões simples do dia a dia fica como está. O Procurador, Dr. Mauro Candú, fala que está no Inpas desde 2001 e nunca aconteceu que alguma dúvida não fosse esclarecida. Os servidores Alexandre e Marco Aurélio, da Divisão de Benefícios, chegam lá e tiram suas dúvidas. Aconteceu que, alguns questionamentos foram feitos através de memorando, para que fosse feito Parecer: o que não é possível, então foi pedido, pelo Dr. Thiago, que fosse aberto processo administrativo. André Gustavo diz que trabalhou muito em Recursos Humanos e sempre teve uma crítica que é a seguinte: na década de noventa, houve uma mudança de paradigmas que reestruturou muita coisa; lembra que quando trabalhou na SMS, em 1994, ao solicitar o material havia uma lista organizada e tinha uma orientação para fazer essa rotina. Hoje, as coisas estão soltas, tirando a Secretaria de Fazenda, não tem manual. Para esta questão exposta, acha que deveria ter um manual e não ocupar os Advogados para atenderem e que têm que defender o Instituto. Dr. Mauro Candú diz que neste momento está bem complexa a situação da Procuradoria, que está sem dois advogados: uma está em licença maternidade e outro que foi aprovado em outro concurso, fala que a equipe do Inpas é bem treinada e somente em último caso vai à Procuradoria e tem o Workflow, que

manualiza as rotinas. Marcus Curvelo fala que já tinha discutido isso no Grupo de Trabalho e houve uma flexibilização da Procuradoria. O texto foi aprovado. Agradece a contribuição, mas acha que deve manter a redação original e que valeu o debate. Submete à plenária se mantém ou não a redação constante do §4º do artigo 72. É aprovada a proposta inicial. Passa ao quarto item da pauta – Assuntos Gerais. Diz que temos um ponto somente, que é a realização da auditoria. Dá a palavra ao Controlador, Aluizio Manzini que fala que respeitando a Lei Orgânica, o Inpas estará realizando uma auditoria externa anual nos próximos trinta dias. Marcus Curvelo fala que é somente uma boa prática de gestão, recomendada pelo Ministério de Previdência e que havendo a conclusão, vamos submeter à apreciação dos Conselheiros. André Bebiano pergunta se o TCE tem feito auditoria. Aluizio Manzini diz que a Prestação de Contas é encaminhada, anualmente ao TCE, via PMP, tendo alguma dúvida o Tribunal faz uma diligência, notificação. Marcus Curvelo fala que a última inspeção foi no ano passado e o relatório está no sítio do Inpas. Marcus Curvelo diz que a pauta está superada e se alguém deseja colocar algum fato para discussão. Francisco Eccard fala sobre a reunião, realizada no dia anterior, da “Frente Pró-Petrópolis” e solicita ao Diretor-Presidente que fale sobre a reunião. Marcus Curvelo diz que é a segunda vez que é convocado pela “Frente Pró-Petrópolis”, que é um grupo de pessoas liderados por Philippe Guedon, que foi Diretor-Presidente do Instituto, que vem se interessando pelo RPPS, diz que preparou uma apresentação de mais ou menos uma hora, depois iniciou os debates. Fala que a grande preocupação é o déficit atuarial. Diz que pelo aumento da expectativa de vida, vamos ter mais aposentados do que servidores na ativa; a inversão pode acontecer em 2028-2032 e a preocupação é com o desequilíbrio financeiro do Instituto, em função dessa virada. Hoje, temos um número de pelo menos 03 ativos, pagando a aposentadoria de um inativo, o que dá uma certa tranquilidade. Os RPPS esperam muito do Ministério de Previdência, os municípios não têm condições de resolver o equacionamento do déficit atuarial e para melhor demonstrar, faz a apresentação do material apresentado para a “Frente Pró-Petrópolis”. Ao final, fala que é um tema polêmico, mas estamos tentando fazer esta discussão, tentando chamar a atenção desse problema do RPPS e não adianta ficar cobrando somente do governo municipal, principalmente com a injustiça que é o pacto federativo que 70% do que é pago de imposto vai para a União e o município arca com 80% das políticas públicas: saúde, educação, habitação, mobilidade urbana, infra estrutura, até segurança pública. Os Municípios estão sobrecarregados. Francisco Eccard fala que é necessário essa discussão e vamos concentrar esforços para resolver, pois é um problema de toda a sociedade. André Bebiano fala que no início do Grupo de Trabalho, foi falado de

um prazo de seis meses para terminar. Marcus Curvelo fala que está vencendo agora em setembro, conta com apoio para aprovação dos vereadores. Agradece a presença de todos, nada mais havendo a tratar é encerrada a reunião, às 12:30h é lavrada a presente ata que segue assinada pelos presentes e por mim, Sonia Maria de Castro Leão, quem a digitou.

Mauro Fernando Candú

Marcus Curvelo

Vanessa Maria Bull

Enivaldo Gonçalves

Elizabeth Jeunon Notini

João Cássio dos Santos

Norton da Costa Pardal

Rosane Carvalho do Amaral

Daniel Luiz Simões Campos

Monica de Barros Soares Neumann

Carla Cristina C.M.V.Tavares

Aluízio Martins Manzini

Sonia Maria de C. Leão